



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**



TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONVÊNIO Nº 777715/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, E O DISTRITO FEDERAL, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Convênio SICONV Nº 777715/2012-SDH/PR

Processo Nº 00008.004009/2012-61

A **UNIÃO**, por meio da **SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, CNPJ nº 05.478.625/0001-87, com sede no SCS B, Quadra 09, Lote "C", Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 9º andar, CEP 70.308-200 - Brasília-DF, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada, conforme delegação de competência estabelecida pela Portaria SDH nº 1.682, de 23 de agosto de 2010, pelo **SECRETÁRIO-EXECUTIVO**, Senhor **CLAUDINEI DO NASCIMENTO**, portador do CPF nº 722.284.409-06, domiciliado nesta Capital, designado pelo Decreto de 10 de abril de 2014, publicado no DOU do dia 11 de abril de 2014 - Seção II, e o **DISTRITO FEDERAL**, CNPJ nº 00.394.601/0001-26, daqui por diante denominado **CONVENIENTE**, neste ato representado por seu **GOVERNADOR**, Senhor **RODRIGO SOBRAL ROLLEMBERG**, portador do CPF nº 245.298.501-53, domiciliado na cidade de Brasília - DF, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 777715/2012, sujeitando-se, no que couber, aos termos da Constituição Federal, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, da LDO, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações posteriores, em conformidade com os elementos constantes no Processo em epígrafe, mediante as Cláusulas e Condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO ADITIVO** tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência constante na Cláusula Décima Segunda do Convênio original.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência estipulado na Cláusula Décima Segunda do Convênio original fica prorrogado até **16 de março de 2016**, último dia para a execução de seu objeto. Findo este prazo, tem o **CONVENIENTE** o prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a prestação de contas final.



CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as Cláusulas e condições do Convênio original, bem como do Termo Aditivo nº 01, não modificadas direta ou indiretamente por este instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente instrumento será providenciada pela **CONCEDENTE**, no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias de sua assinatura.

E para verdade do presente, firma-se este Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Brasília/DF, 13 de março de 2015.

CLAUDINEI DO NASCIMENTO
Secretário-Executivo da Secretaria de
Direitos Humanos da Presidência da
República

RODRIGO SOBRAL ROLLEMBERG
Governador do Distrito Federal

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:
RG:

Nome:
CPF:
RG: